

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Justiça exige que União faça barreira de proteção em rios.....	2
Título: » Parei.	2
Título: Suspeito por óleo, navio fantasma ‘dribla’ radares	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Caminhão a gás tem custo maior que diesel.....	4
Título: Energia barata de Itaipu faz brasileiro dobrar aposta em bitcoins no Paraguai.....	6
Título: Ibama descarta hipótese de que grande mancha de óleo esteja a caminho da BA	10
Título: Brasil paga uma espécie de encargo de política externa que dá energia mais barata ao Paraguai.....	11
Título: Sem passe de mágica	13
VEÍCULO: O Globo.....	13
Título: Petróleo chegará a Salvador em poucos dias, afirma Ibama.....	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	15
Título: Reforço no cofre a um ano das eleições	15
Título: Juiz dá prazo para a União	18

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: ANTONIO CARLOS GARCIA, ESPECIAL PARA O ESTADO****Título: Justiça exige que União faça barreira de proteção em rios**

A Justiça Federal concedeu liminar determinando que, em um prazo de 48 horas, a União, juntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), instale barreiras de proteção nos Rios São Francisco, Japaratuba, Sergipe, Vaza Barris e Real, com o consequente monitoramento. Na sexta-feira, o Ministério Público Federal ajuizou ação urgente para que o governo federal adote efetivas medidas de proteção ao litoral e solicitou multa diária de R\$ 1 milhão por descumprimento da decisão. O juiz federal plantonista, Fábio Cordeiro de Lima, fixou a multa em R\$ 100 mil. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/10/2019****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: » Parei.**

Coluna do broadcast

A Petrobrás, que por vários anos recheou a carteira de investidores que compram bonds no mercado de dívida externa, pretende deixar de captar dinheiro novo com emissão desses papéis lá fora nos próximos dois anos. Isso não significa, no entanto, que a petroleira abandonará esse mercado. Na verdade, o plano é prosseguir com o movimento de troca de papéis que pagam juro mais alto por novos com taxas mais baixas. Ou seja, os investidores terão a oportunidade de continuar com bonds da Petrobrás em suas carteiras, mas não conseguirão aumentar sua exposição, já que as emissões novas devem ser do mesmo valor financeiro dos bonds que pretendem retirar do mercado. A principal intenção da Petrobrás é desalavancar ao máximo a companhia.

» Frequente. Durante vários anos até 2015, a Petrobrás anualmente emitia cerca de US\$ 10 bilhões em bônus, fazendo dela o principal papel na carteira de investidores de títulos de dívida de emergentes. Sua presença no mercado de

dívida externa diminuiu após o escândalo da Lava Jato e, no atual governo, houve claramente uma mudança de estratégia de captação com bonds no exterior. Nas duas emissões feitas pela empresa com o País sob a tutela de Jair Bolsonaro, em março de US\$ 3 bilhões e em setembro de US\$ 4,1 bilhões, os recursos levantados foram suficientes apenas para realizar a recompra de bonds que estavam em circulação. Procurada, a Petrobrás não retornou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberta Jansen / RIO

Título: Suspeito por óleo, navio fantasma 'dribla' radares

Embarcações trocam de nome e até desligam aparelho de localização; sanções econômicas à Venezuela explicam o avanço dos ilegais

Apontada como uma hipótese para o derramamento de óleo nas praias do Nordeste, a circulação de navios fantasmas petroleiros pelo Atlântico pode ser motivada pelas sanções econômicas dos Estados Unidos à Venezuela, segundo especialistas. Análises sobre a mancha de poluição, que atinge 156 localidades de 71 municípios, já indicaram que a substância achada nas praias tem "assinatura" venezuelana, mas a origem do poluente ainda é desconhecida.

Os chamados navios fantasmas do século 21 não são embarcações mal-assombradas, mas aquelas que procuram navegar sem registro oficial. Para isso, trocam de nome e até desligam o transponder. O aparelho, obrigatório em todas as embarcações, registra a localização em tempo real de cada navio.

"Historicamente, parte do petróleo produzido sempre foi comercializada por canais não oficiais", explica o economista Edmar Almeida, da Universidade Federal do Rio (UFRJ). "Tanto é que nas estatísticas do petróleo há diferença entre o que é declarado como produção e o que é declarado como consumo." Segundo ele, isso pode ocorrer por várias razões, como roubo e tráfico de combustível, guerras e conflitos internacionais ou sanções econômicas.

Coordenador do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (USP), Alberto Pfeifer diz que as sanções americanas à Venezuela e a países que comercializem com ela "podem estar estimulando a marginalidade". Os navios fantasmas costumam usar rotas menos conhecidas. Com isso, ficam mais vulneráveis a contratempos. Um eventual derramamento de óleo pode ocorrer por acidente ou pelo descarte de mercadoria irregular para evitar flagrantes. "O tráfico de combustível é uma das cinco atividades ilícitas mais lucrativas, atrás de drogas, armas, pessoas e animais", diz o

especialista venezuelano Rafael Villa, do Instituto de Relações Internacionais da USP. “E sabemos que na Venezuela um dos graves problemas é o contrabando de combustível.”

Patrulha. Em nota, a Marinha disse que realiza rotineiramente “patrulhas e inspeções navais”, incluindo ações contra delitos ambientais. E lembra ainda que o Brasil participa de grupos de trabalho internacionais que acompanham o tráfego marítimo. “Os pontos considerados mais sensíveis são as ‘novas ameaças’, como pirataria, terrorismo e acidentes ambientais.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Eduardo Sodré

Título: Caminhão a gás tem custo maior que diesel

Além de preço, veículo com combustível renovável enfrenta distribuição falha e depende de incentivos à compra

São Paulo - A primeira impressão passada pelo caminhão movido a gás natural é o baixo nível de ruído. A segunda é o cheiro no ar, ou melhor, a ausência dele. Após ser processado no sistema de escapamento, o gás torna-se praticamente inodoro.

O veículo é a proposta da Scania para reduzir a dependência do petróleo e aproveitar futuros incentivos ao GNV. O modelo começa a ser vendido em feira do setor de transporte que abre nesta segunda (14), em São Paulo.

Em uma volta ao volante do caminhão a gás na pista da Scania, em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), nota-se pouca diferença em comparação ao diesel. É um teste controlado e sem uma carreta para puxar, mas números de potência e torque são próximos. O maior problema são os preços.

Silvio Munhoz, diretor comercial da Scania no Brasil, diz que os primeiros caminhões a GNV serão entregues no início de 2020 custando, a princípio, 30% mais que o equivalente a diesel —vendido a cerca de R\$ 400 mil. Em julho, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, anunciou o plano de estimular o uso do GNV em veículos pesados. Contudo, a ideia só dará certo caso haja forte redução dos preços do combustível, incentivos à compra e melhora na distribuição. Sem isso, os custos inviabilizariam o negócio.

O caminhão movido a gás da Scania consegue rodar 2,5 quilômetros com um metro cúbico. Com diesel, um modelo equivalente faz a média de 3,07

km/l. Considerando diferença de preço recente dos combustíveis, R\$ 3,53 para o litro do diesel e R\$ 3,16 para o metro cúbico do GNV, um caminhoneiro gastaria cerca de R\$ 50 a mais para percorrer 1.000 quilômetros em caminhão a gás na comparação com o diesel.

O Ministério de Minas e Energia não tem, até o momento, nenhum plano de incentivo específico para o combustível. Em nota, afirma que o programa Novo Mercado de Gás deve levar a uma redução no preço do produto “e isso pode vir a refletir sobre a utilização do gás em veículos.”

“O GNV é bastante eficiente e pode alcançar bons números de consumo, mas hoje a conta ainda não fecha. A tendência é que o gás sobe no país, o que vai reduzir os valores”, diz o engenheiro Renato Romio, chefe do laboratório de motores e veículos do Instituto Mauá de Tecnologia. O engenheiro acredita que a conversão de caminhões é uma alternativa tecnicamente viável. Nessa modalidade, os veículos passam a utilizar os dois combustíveis.

Antonio Gatti, gerente de operações da Landirengo Brasil, empresa que desenvolve e instala gás natural veicular, explica que o sistema trabalha no ciclo diesel, em que a mistura ar/combustível explode pela compressão dentro do cilindro, sem que haja centelha.

O gás é queimado junto a essa mistura, o que reduz emissões. O consumo varia a depender da demanda por força. Novamente, o problema está nos custos. Gatti diz que a conversão pode custar R\$ 50 mil. Ou seja, só será vantajoso caso o preço do GNV caia. O ganho maior é ambiental. Ele diz que o uso do gás natural combinado ao diesel gera redução de 10% a 12% das emissões.

Mesmo que haja queda de preço, o GNV não é unanimidade. A Mercedes-Benz investiu nessa solução nos anos 1980, mas mudou o foco. Hoje, aposta no HVO, sigla para óleo vegetal hidrotratado.

“No caso dos ônibus, a utilização do GNV acrescenta 1,5 tonelada, o que significa deixar de transportar de 15 a 20 passageiros”, diz Curt Axthelm, gerente de marketing da divisão de ônibus da Mercedes-Benz do Brasil.

Crítica semelhante é feita pelo engenheiro Henry Joseph, diretor técnico da Anfavea, entidade que representa as montadoras no Brasil. “O consumo de GNV inviabiliza percorrer grandes distâncias”, diz Joseph. Para ele, as possibilidades estão no uso urbano, com caminhões leves.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 13/10/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Fábio Zanini**Título:** Energia barata de Itaipu faz brasileiro dobrar aposta em bitcoins no Paraguai

Empresários do Brasil ignoram risco de bolha e ampliam mineração de criptomoeda no país vizinho

CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI) - Conhecida por megashoppings de nomes como Mona Lisa, Vendome e Paris, Ciudad del Leste vem sendo tomada por empreendimentos que passam longe da tentativa de inspirar glamour.

A cidade paraguaia, que é sinônimo de compra de eletrônicos, bebidas e perfumes, vive uma expansão de galpões e contêineres onde milhares de máquinas pouco maiores que a bateria de um carro zunem incessantemente, produzindo níveis extremos de barulho e calor. Grandes ventiladores em potência máxima baixam a temperatura de insanos 60°C para aceitáveis 40°C.

Esses locais são mineradoras de bitcoin—a maioria propriedade de empresários brasileiros que migraram para o Paraguai em busca de energia barata e facilidade de importação de máquinas, quase sempre chinesas. Levam uma vida de alto padrão, em condomínios luxuosos e com uma coleção de carros.

O custo do kWh, medida de energia elétrica por hora, é de cerca de US\$ 0,04 (R\$ 0,16) no país, enquanto no Brasil a média, segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), é de R\$ 0,56 —250% mais cara.

A explicação é que o Paraguai tem de Itaipu muito mais do que necessita. O negócio das bitcoins também se beneficia de um ambiente regulatório permissivo e de baixa carga tributária.

Alheios ao risco de estouro da bolha das criptomoedas e às cada vez mais freqüentes notícias equiparando o setor a esquemas de pirâmide, os empresários estão dobrando a aposta. Três dos principais brasileiros que operam no país vizinho planejam expandir o negócio, erguendo novos locais de operação e comprando equipamento mais potente.

“Muitas vezes se fala em moeda digital e o cara não entende a estrutura física por trás.

Acha que é só um programa de computador”, diz Antônio Silva, 52, dono da MDX, que tem 12 mil máquinas espalhadas por quatro áreas de Ciudad del Este e cercanias fazendo a mineração.

Em um destes polos, seu equipamento ocupa um pequeno edifício de três andares e mais sete contêineres adjacentes. Um terreno comprado ao lado está sendo pre-

parado para aumentar a capacidade. Silva quer ter mais 50 mil máquinas trabalhando nos próximos dois anos. “Eu não fazia ideia do que era criptomeda. Aprendi com os que foram caindo pelo caminho”, diz ele, que deixou Florianópolis (SC) há quatro anos, depois de quebrar com uma empresa de perfume.

Nascido em Goiás, onde diz que foi até morador de rua, recebeu apoio para tentar a sorte no Paraguai do amigo Roce-lo Lopes, o primeiro brasileiro a se arriscar no país vizinho.

“No começo, quando o empreendimento é uma canoa, você consegue desvirar. Se cresce e se torna um barquinho, é mais difícil. Quando vira um transatlântico, é naufrágio. O meu barquinho virou várias vezes, mas eu sempre desvirei, até me estabilizar”, filosofa ele, que emprega 60 pessoas atualmente.

Da mesma forma que o ouro usado como reserva de valor já esteve um dia embaixo da terra, a bitcoin que abastece as corretoras em endereços de alto padrão de grandes cidades é minerada em um processo exaustivo e incerto.

A diferença é que quem realiza esse trabalho são máquinas, por meio de uma infinidade de cálculos matemáticos. As bitcoins e outras moedas virtuais menos populares, como o ethereum, são oferecidas como uma espécie de prêmio para quem obtiver sucesso em resolver problemas complexos programados numa rede chamada blockchain

Alguns cálculos envolvem encontrar a combinação certa numa seqüência de 45 algarismos, com alternância de letras, números e símbolos.

Como as bitcoins oferecidas na rede são finitas, e serão cada vez menos numerosas, leva vantagem quem tiver máquinas mais potentes de cálculo.

Mesmo num país com eletricidade quase de graça, mineradoras de moedas digitais têm gasto de energia que pode chegar a US\$ 100 mil por mês (R\$410 mil). Por isso, quando o governo paraguaio assinou, em maio, um acordo com o Brasil revendo preços, empresários levaram um susto.

Atendendo à reclamação do Brasil, o Paraguai se comprometeu a pagar mais US\$ 200 milhões (R\$ 820 milhões) pela energia a que têm direito de Itaipu, o que poderia elevar a conta de luz. A reação, inclusive com ameaça de impeachment do presidente Mario Abdo Benítez, obrigou-o a recuar.

A nova data-chave é 2023, quando o acordo pelo qual a energia da usina é dividida entre os países será revisto. Mas os brasileiros estão confiantes de que um aumento da tarifa será evitado. “O povo não vai deixar subir a tarifa. O grande motivo pelo qual estamos aqui é a energia, se subir eu arranco tudo daqui na hora e levo para outro lugar”, diz Silva.

Outro custo alto das empresas é com as máquinas, que podem valer até US\$ 1.500 (R\$ 6.150) cada. Muitas empresas abrigam equipamentos de investidores e dividem o valor das bitcoins obtidas, ou cobram um aluguel fixo.

Operando em um galpão de teto de zinco e tijolos aparentes, com máquinas empilhadas em estantes de canos de PVC, a Coin Py foi a primeira a chegar ao Paraguai, em 2013. Seu proprietário, Rocelo Lopes, 46, tem operações de bitcoin no Paraguai, na África do Sul e na Costa Rica, além de uma corretora no Brasil.

Em Ciudad dei Este, são 2.100 máquinas trabalhando freneticamente, 24 horas por dia, produzindo em média 5 bitcoins e 150 ethereum por mês. Em breve chega mais um lote de equipamentos, com potência redobrada.

“Isso aqui é uma questão de adivinhação. Você nunca tem certeza de nada. Mesmo assim, continua valendo a pena”, afirma Eduardo Coronel, responsável por manter funcionando a parafernália elétrica do lugar.

Queima de placas e superaquecimento são problemas constantes, e um aplicativo alerta caso alguma máquina dê problema durante madrugada, quando não há mais funcionários no local. Um deles então sai de casa para consertar o aparelho defeituoso, não importa o horário.

Coronel estima que existam cerca de 60 mineradoras de bitcoin atualmente no Paraguai, mas muitas funcionam em fundos de quintal, o que levanta a suspeita de que são esquemas de pirâmide disfarçados, oferecendo retorno de até 50% ao mês no investimento. “Por culpa desses ‘piramideiros’, ficamos todos com fama de malandros”, afirma Coronel.

O fato é que a grande volatilidade das bitcoins não contribui para sua imagem. Ao serem criadas, em 2008, por uma pessoa (ou grupo de pessoas) usando o nome Satoshi Nakamoto, cada bitcoin valia menos de US\$ 1 (R\$ 4,10). Quem investiu naquele experimento à época ficou milionário, pois a moeda atingiu o

pico de US\$ 19,7mil (R\$ 8mil) em dezembro de 2017, para depois cair vertiginosamente.

São comuns oscilações de 25% num período de dez dias. Na semana passada, a bitcoin era cotada em torno de US\$ 8.300 (R\$ 34 mil).

A cada quatro anos, num processo chamado de “halving”, o número de bitcoins oferecido pela rede blockchain cai pela metade, o que contribui para sua valorização e acirra a competição pela mineração, uma das razões pelas quais investe-se tanto em máquinas mais potentes.

Nascido em Taiwan e com cidadanias brasileira e paraguaia, Antonio Li, 39, começou minerando bitcoins de forma caseira, em 2017. Hoje aluga um galpão de 800 m2 e está de mudança para uma estrutura duas vezes maior perto de uma subestação de Itaipu, no município de Hernandaria, vizinho a Ciudad del Este.

Motivo: a luz no Paraguai é barata e abundante, mas a distribuição é precária, e há muitas oscilações na rede. Ficar mais perto da usina garante energia de melhor qualidade.

“O Paraguai é o melhor país do mundo para minerar bitcoin. A energia é tão barata que mesmo usar máquinas de baixa eficiência vale a pena. É como o petróleo na Venezuela”, afirma Li, que trabalhava com importação de equipamentos eletrônicos antes de se aventurar pelo mundo das moedas virtuais.

Como as empresas de bitcoin operam num limbo jurídico, recolhem imposto de variadas formas. Li, por exemplo, está registrado como serviço de assistência técnica. Em regra, pagam IVA (Imposto sobre Valor Agregado) de 10% sobre o faturamento.

O Congresso paraguaio está discutindo a regulamentação do setor, o que poderá levar à maior cobrança de impostos. Nem assim os empresários brasileiros pensam em deixar o país. “Segurança jurídica é o que falta para esse país virar definitivamente um polo mundial de bitcoins”, afirma Li, que aprova a regulamentação.

Mas a maior ameaça, a do estouro da bolha, tampouco assusta. “Ouço que vai ser uma bolha desde que eu comecei. Não vou me preocupar com o que não controlo”, afirma Silva.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/10/2019****Seção: Especial****Autor: Anna Virginia Balloussier****Título: Ibama descarta hipótese de que grande mancha de óleo esteja a caminho da BA**

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) descartou a hipótese de que uma nova mancha de petróleo, estimada em 21 km², esteja flutuando a 100 km da costa baiana.

Imagens com focos escuros em alto mar alarmaram especialistas e chegaram até o instituto federal. Superintendente do Ibama na Bahia, Rodrigo Alves disse à Folha no sábado (12) que enviou uma equipe para as coordenadas que lhes foram passadas. “O povo achou que dificilmente seria óleo. Estava aparentando [ser a] sombra de nuvem chuvosa.”

O borrão de petróleo que tantos temiam estar se aproximando do litoral nordestino teria um tamanho equivalente a 13 parques do Ibirapuera, de São Paulo. Ele se somaria às amostras que já aparecem em mais de 130 regiões costeiras do Nordeste.

Alves diz que instituiu na sexta (11) em Salvador um comando unificado “para acompanhar toda essa emergência ambiental”, que reúne pesquisadores, Estado e municípios afetados. Um dia antes, professores da UFBA (Universidade Federal da Bahia) corroboraram informações de que os óleos vistos nas praias têm origem na Venezuela, o que o regime do ditador Nicolás Maduro nega.

Voos diários sobrevoam a região para procurar novos focos de petróleo, mas até o momento “não conseguimos visualizar óleo nenhum em alto mar”, diz o superintendente.

Para Guilherme Lessa, professor da UFBA, é cedo para descartar que a suspeita repassada ao Ibama não seja, de fato, uma nossa massa. “É discutível. Teremos outra imagem em três dias e então tiraremos a prova. De qualquer forma, a massa d’água que estaria transportando esta mancha está se deslocando muito devagar, e mesmo se for óleo aparentemente não chegaria na costa nos próximos seis dias.”

Embora o governo trabalhe com a ideia de que os dejetos têm DNA venezuelano, não é possível cravar sua origem exata, e isso atrapalha previsões sobre a rota das pelotas de petróleo cru que surgiram na costa nordestina em setembro. “O que temos é mancha se deslocando rumo ao sul, que vai grudando recifes, mas não tem aparecido óleo novo”, afirma Alves.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 13/10/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Paulo Pedrosa**Título:** Brasil paga uma espécie de encargo de política externa que dá energia mais barata ao Paraguai

ANALISE

Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

É interessante observar o crescimento do Paraguai, um jaguar latino-americano. Nos últimos seis anos, o PLB (Produto Interno Bruto) paraguaio em dólares cresceu 33% enquanto o brasileiro perdeu mais de 1%. Este é um fenômeno especialmente visível na indústria. Em 2017, reportagem deste jornal apontava que 7 de cada 10 empresas que migravam para lá eram brasileiras.

A explicação, em parte, se deve ao custo da energia quase 3 vezes maior no Brasil para consumidores residenciais e mais de duas vezes maior para industriais.

A conta de energia possui quatro componentes: geração, transporte nos sistemas de transmissão e distribuição, encargos, que sustentam políticas públicas, e impostos. No preço final, o Brasil perde feio para o país vizinho. E, perdendo na energia, perde no desenvolvimento e na criação de empregos.

Na geração, o Paraguai é praticamente atendido pela usina binacional de Itaipu, cujo modelo de contratação favorece o outro lado da fronteira, que, por um conjunto de mecanismos, recebe da usina uma energia que se aproxima da metade do valor que os brasileiros pagam.

O governo aqui vem até tentando tornar esta relação mais equilibrada, mas, por enquanto, pagamos por algo que na prática é um encargo de política externa. Enquanto isso, a geração no Brasil tem um mix complexo de fontes, com usinas termelétricas mais caras —até a diesel— e subsídios que mascaram o real custo de outras fontes, apresentadas como mais baratas.

Em segundo lugar, a energia paraguaia também se beneficia na transmissão e na distribuição, com transferências e doações, seja do governo brasileiro, seja de Itaipu, à estatal paraguaia, Ande. É o caso da linha de transmissão que liga a usina até Assunção e da doação de transformadores pela usina, pagos pelos consumidores brasileiros na proporção da energia consumida, ou seja, 85% do custo total.

No Brasil, a transmissão que deveria otimizar o sistema interligado e reduzir seu custo final está se tornando um fim em si mesma e apresenta custos crescentes. Ao mesmo tempo, a distribuição é onerada por subsídios implícitos à geração distribuída.

No terceiro item, encargos, o Brasil é campeão disparado, enquanto o Paraguai praticamente não os tem. E eles são especialmente perversos para a indústria, porque incidem com maior peso sobre aqueles que consomem mais.

Os encargos, de natureza fiscal e que deveriam estar no Orçamento da União, têm um agravante: não podem ser compensados na cadeia de

produção e nas exportações e, por isso, comprometem a competitividade da indústria.

Em mais uma contradição do setor, com encargos o governo transfere a consumidores o custo de políticas públicas e cobra tributos sobre isso.

Para garantir este 4 a 0 contra o Brasil, ainda falta comparar impostos. Nesse quesito o Brasil perde de lava da para o Paraguai. Em alguns estados, o custo real do ICMS supera 40% da conta enquanto o PIS/Cofins alcança 10%.

Por essas razões, a energia é um peso para a sociedade brasileira, se compararmos com a realidade paraguaia. Esse desequilíbrio pesa sobre a economia e exige medidas de curto prazo.

E muito difícil resistir à tentação de aumentar encargos. Na quinta (10), um decreto transferiu a consumidores novos custos da sobrecontratação de energia dos antigos sistemas isolados. Serão mais R\$ 500 milhões nos próximos dois anos para a conta usada para compensar a geração mais cara nas regiões isoladas.

Esse movimento tem valor simbólico muito maior do que econômico. A rubrica dos Encargos da chamada CDE, conta que paradoxalmente tem desenvolvimento no nome, vai superar os R\$ 20 bilhões em 2020 —e sobre ela governos arrecadarão mais R\$ 6 bilhões.

É hora de olhar para o peso da energia, confirmar as boas intenções do governo e da Aneel e tomar medidas necessárias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 13/10/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Sem passe de mágica

Painel

Governadores não pretendem desistir da verba extra que, segundo eles, o ministro Paulo Guedes (Economia) prometeu como parte do chamado pacto federativo e ainda não disse como pretende entregar.

Sem passe de mágica 2

Nas contas deles, ao incluir todos os compromissos da União na divisão de recursos do leilão da cessão onerosa, o governo federal deixou de repassar aos estados R\$ 4,9 bilhões.

Triatlo

Cumprida a etapa do leilão do pré-sal, as lideranças regionais pretendem abrir negociação para pedir a compensação deste montante, seja por meio da redistribuição da arrecadação de impostos entre os estados, se já via mudanças na legislação dos royalties e do fundo social do petróleo.

com Mariana Carneiro, Julia Chaib e Thais Arbex

VEÍCULO: O Globo**Data:** 13/10/2019**Seção:** Sociedade**Autor:** VINICIUS SASSINE**Título:** Petróleo chegará a Salvador em poucos dias, afirma Ibama

Justiça Federal exige cerco de proteção ao litoral de Sergipe, já afetado; Bolsonaro critica ONGs

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) prevê que o petróleo que vem contaminando o litoral do Nordeste chegue a Salvador (BA), nos próximos dias, e se estenda até a Baía de Aratu, onde ficam uma base naval, um porto e um estaleiro.

O órgão decidiu, em caráter urgente, acionar um plano que inclui ações também na Baía de Todos os Santos, onde está a capital baiana.

Sábado, o óleo já havia alcançado Pituaçu, em Salvador, Vilas do Atlântico, em Lauro de Freitas, e Praia do Forte, em Mata de São João, entre outras localidades.

Ao pedir a implementação do plano emergencial para Aratu, o Ibama estabeleceu três frentes principais: monitoramento da entrada do canal, proteção de áreas sensíveis e contenção e recolhimento de óleo, “caso sejam identificadas manchas dentro da baía”. Se a situação se agravar, a área de ação do plano pode ser estendida.

BARREIRAS EM SERGIPE

A Justiça Federal de Sergipe determinou no sábado que a União, por meio do Ibama, implante barreiras de proteção nos rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza Barris e Real para conter o óleo.

“É fundamental proteger a cabeceira dos rios para que não haja uma maior contaminação das águas, principalmente dos rios utilizados para o consumo da população”, diz o juiz Fábio Cordeiro de Lima na decisão. O magistrado decidiu que os órgãos públicos devem tomar as providências em um prazo de 48 horas, sob pena de multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

Após a decisão, as primeiras barreiras começaram a ser instaladas na manhã deste sábado. Foram instalados 75 metros de contenção no Rio Vaza-Barris, em Aracaju, com custo de R\$ 6.873,75 por dia.

“O Governo Federal está sendo absolutamente omissivo porque nós não estamos, nem sequer, até agora, discutindo medidas de proteção, que já existem, já se sabe quais são”, afirmou o procurador da República Ramiro Rockenbach, na ação apresentada à Justiça.

MANCHAS SE ALASTRAM

Até o último sábado, as manchas de petróleo já tinham atingido 156 localidades, em 71 municípios dos nove estados do Nordeste. O presidente Jair Bolsonaro rebateu no Twitter as críticas de que o governo demorou a reagir ao vazamento. Segundo o presidente, desde 2 de setembro o governo estaria atrás dos responsáveis pelo derramamento.

“Estranhamos o silêncio da ONU e ONGs, sempre tão vigilantes com o meio ambiente”, escreveu.

Ambientalistas, porém, já haviam criticado o governo. O deputado estadual e ex-ministro do Meio Ambiente Carlos Minc (PSB/RJ) diz que o governo

descumpriu o decreto que instituiu um plano de contenção elaborado em sua gestão, e até agora não articulou uma reação.

Até o sábado, o governo federal não tinha uma análise conclusiva sobre a origem do óleo. Análises da Petrobras e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) indicam que petróleo tem características do óleo extraído na Venezuela, mas não afirmam de qual navio ele poderia ter vazado. Modelagens de correntes feitas pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Federal do Ceará (UFC), são consistentes com uma liberação em alto-mar, a uma distância da ordem de 1.000 km da costa.

A Marinha considera remota a hipótese de um afundamento de navio recente ter vazado o óleo, mas a UFC chegou a trabalhar com a possibilidade de um naufrágio histórico ter começado a vazar décadas depois.

Uma das linhas de investigação tenta cruzar dados de correntes marinhas com as rotas de navios que passaram na região. A Marinha disse que vai notificar 30 embarcações de 10 países para prestarem esclarecimentos em seu inquérito. (Colaborou Rafael Garcia)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/10/2019

Seção: Política

Autor: Jorge Vasconcellos

Título: Reforço no cofre a um ano das eleições

A pouco menos de um ano das próximas eleições municipais, prefeitos fazem contas e comemoram a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto da cessão onerosa, que divide entre estados e municípios parte dos R\$ 106,56 bilhões que devem ser arrecadados pelo governo federal com o megaleilão do petróleo do pré-sal, em 6 de novembro. No Pará, por exemplo, a notícia animou o prefeito José Deucicley Pacheco Viegas (PSDB), da cidade de Melgaço, de 27 mil habitantes e distante 290 km de Belém. Virtual candidato à reeleição, ele quer aplicar os novos recursos em melhores serviços à população e, principalmente, ajudar a cidade a se livrar do título de detentora do mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país.

“O nosso município é muito carente. Tanto que ele é o pior IDH dos municípios. Mas eu não vejo que a gente é o pior também. Então, a gente verificou que vai cair basicamente R\$ 1 milhão e pouco disso (cessão onerosa) no Fundo de Participação dos Municípios para Melgaço. Se cair, a gente planeja fazer algumas obras que a cidade está necessitando, porque a gente vive basicamente do fundo e não arrecada IPTU, não arrecada nada”, disse José Deucicley.

Ficou acordado, na votação na Câmara, na semana passada, após uma longa negociação com o Senado e o Ministério da Economia, que, dos R\$ 106,56 bilhões que devem ser arrecadados com o leilão, R\$ 33,6 bilhões vão para a Petrobras. Dos R\$ 72,8 bilhões restantes, 15% ficarão com os estados, 15%, com os municípios e 3%, com o Rio de Janeiro, por ser o estado sede dos poços de petróleo que serão leiloados. Na esfera municipal, os recursos serão distribuídos com base no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que privilegia as cidades mais pobres.

O prefeito José Deucicley espera, com o reforço do caixa que virá, pelo menos atenuar a situação de penúria vivida pelo município. “Melgaço não tem empresa, o município vive só da prefeitura. Hoje, a nossa receita só dá para pagar a folha de pessoal. Às vezes, com muitos cortes, a gente consegue fazer algumas obras, mas com muito sacrifício. Só neste ano, serão inauguradas 14 escolas. Também fizemos uma nova sede da Secretaria da Educação e vamos reestruturar a Educação, que é o ponto forte para a gente sair desse pior IDHM”, comentou o prefeito, que também planeja concluir o trapiche municipal de saúde.

Perguntado se pretende concorrer à reeleição, José Deucicley respondeu “vou, se Deus quiser”. Para ele, entretanto, a chegada dos recursos da cessão onerosa vai permitir melhores serviços para a prefeitura apresentar não só aos eleitores, mas à população em geral. “Essa verba vai ajudar as crianças, os idosos, ou seja, a população de Melgaço e, principalmente, moradores de municípios vizinhos e turistas. Eles vão ver que a gente melhorou e pode receber com uma estrutura melhor”, disse o prefeito.

Ranking

Medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segue as mesmas três dimensões do IDH global: longevidade, educação e renda. O IDHM de Melgaço, o menor de todos, é 0.418, enquanto o maior, do município de São Caetano do Sul, na região do Grande ABC Paulista, é de 0.862, o equivalente a mais que o dobro do conferido à cidade paraense.

O prefeito de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior (PSDB), no terceiro mandato à frente do município, é também vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Ele admite concorrer à reeleição no próximo ano, mas disse que ainda está discutindo o assunto com aliados. Mesmo à frente do município com o mais alto IDHM, José Auricchio afirmou que a gestão enfrenta grandes dificuldades e que a notícia dos recursos da cessão onerosa é “alvissareira”.

“Obviamente que esses novos recursos são bem-vindos, após um longo embate político. Felizmente chegaram a um bom termo na discussão. Segundo estimativas da Associação Paulista dos Municípios, caberá a São Caetano do Sul, na divisão dos recursos da cessão onerosa, um total de R\$ 7 milhões. Com esses recursos, nós vamos acelerar os investimentos já programados para as áreas de saúde e educação”, disse o prefeito.

Dizendo-se “muito orgulhoso” de governar São Caetano do Sul, José Auricchio, entretanto, afirmou que o alto IDHM não livra o município de problemas como desigualdade social e deficiências que precisam ser superadas. “Ser prefeito é muito difícil, mas é uma honra ser escolhido pelos eleitores para cuidar da cidade onde eles vivem”, afirmou.

- **Saiba mais**

A cessão onerosa é um acordo feito entre o governo federal e a Petrobras, em 2010, que previa a produção de até 5 bilhões de barris de petróleo em sete campos do pré-sal da Bacia de Santos, que, apesar do nome, está situada no Rio de Janeiro. Durante a exploração, porém, a estatal descobriu que havia mais do que o triplo do volume estabelecido no contrato. Esse é o “excedente da cessão onerosa”, que será leilado pelo governo em 6 de novembro.

Situação de penúria

Os resultados das negociações da cessão onerosa repercutiram positivamente também junto à Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Pelas palavras do presidente da entidade, Glademir Aroldi, a partilha dos recursos do megaleilão do pré-sal, além de socorrer prefeituras em situação de penúria, pode render dividendos eleitorais para candidatos aliados do presidente Jair Bolsonaro no pleito do próximo ano.

“Credito ao governo do presidente Jair Bolsonaro esse importante apoio financeiro aos estados e municípios. O presidente honrou o compromisso assumido em abril deste ano, durante a marcha dos prefeitos a Brasília, quando ele anunciou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, traria uma boa notícia para os municípios”, disse o presidente da CNM.

O professor Paulo Calmon, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), disse que a distribuição da verba arrecadada com o megaleilão de novembro trará algum impacto nas eleições municipais, porém, não tão

significativo no curto prazo.

“Por duas razões: há um intervalo de tempo até os recursos estarem efetivamente disponíveis, e um outro, ainda maior, para os prefeitos realizarem despesas que produzam retorno eleitoral. Eu acredito que esse intervalo ultrapassará o período eleitoral”, disse.

“Por outro lado, o impacto positivo da notícia de que mais recursos serão disponibilizados para os municípios no futuro não muito distante pode ser amortizado por uma sensação de frustração e perda de oportunidade, já que a parcela que será disponibilizada é menor do que se esperava inicialmente, enquanto os critérios para alocação desses recursos são bastante restritivos, e a distribuição entre os entes federativos tende a agravar as desigualdades regionais em termos de distribuição de renda”, concluiu Paulo Calmon. **(JV)**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Jorge Vasconcellos

Título: Juiz dá prazo para a União

O juiz Fábio Cordeiro de Lima, da 1ª Vara da Justiça Federal de Sergipe, deu ontem prazo de 48 horas para a União e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) instalarem barreiras para proteger rios do estado do grande volume de óleo que se espalhou pelo litoral do Nordeste. No despacho, o magistrado fixou em R\$ 100 mil o valor da multa para o caso de descumprimento.

A ordem judicial atende a pedido do Ministério Público Federal de Sergipe (MPF-SE), que entrou com uma ação urgente, na sexta-feira (11), para obrigar a União a adotar “todas as medidas necessárias de contenção e recolhimento do material poluente com foco na proteção de áreas sensíveis de Sergipe, utilizando-se do Mapeamento Ambiental para resposta de Emergência no Mar (Marem), com emprego das melhores e mais adequadas técnicas”.

A ação pedia um prazo menor, de 24 horas, e também uma multa mais elevada, de R\$ 1 milhão por cada dia de descumprimento. Todas as 17 praias sergipanas foram atingidas pelo óleo, conforme dados das autoridades.

O juiz Fábio Cordeiro de Lima ordenou a instalação de barreiras de proteção nos rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza Barris e Real, “com o consequente monitoramento”, para que manchas de óleo que começaram a surgir em praias da Grande Recife não se espalhem pela região.

“É fundamental proteger a cabeceira dos rios para que não haja uma maior contaminação das águas, principalmente, dos rios utilizados para o consumo da população”, escreveu o juiz na decisão, também autorizando o governo federal a “remanejar verbas do orçamento e eventuais dispensas de procedimentos licitatórios para aquisição dos equipamentos necessários”.

Procurado, o Palácio do Planalto não comentou o assunto.

Desde o início de setembro, as manchas de óleo atingiram 156 pontos do litoral de nove estados nordestinos, alcançando pelo menos 63 cidades e 12 unidades de conservação, com sérios prejuízos para o turismo e as comunidades pesqueiras. Ontem, novas manchas de óleo aparecem no litoral sergipano. Na quinta-feira (10), a companhia Centrais Elétricas de Sergipe (Celse) instalou 200 metros de barreiras absorventes no Rio Sergipe, na região do município da Barra dos Coqueiros (SE), com o objetivo de proteger e preservar o manancial.

Provocação

Na manhã de ontem, o presidente Jair Bolsonaro usou o desastre ecológico para cutucar líderes e entidades internacionais que criticaram o governo brasileiro em razão das queimadas na Amazônia. Ele compartilhou nas redes sociais trecho de um telejornal da RedeTV! que chama a atenção para o silêncio da Organização das Nações Unidas (ONU), do Papa Francisco, da França e das ONGs ante a mais recente tragédia ambiental no Brasil.

“Desde 2 de setembro, nosso governo busca identificar os responsáveis pelo derramamento de óleo nas praias do Nordeste. Estranhamos o silêncio da ONU e ONGs, sempre tão vigilantes com o meio ambiente”, escreveu o presidente, que já havia declarado ter “quase certeza” de que esse desastre ecológico é resultado de um ato criminoso.

Também o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi ontem ao Twitter comentar o caso. “Óleo venezuelano, em barril de lubrificante reutilizado, com navio “fantasma” em Bangladesh sem GPS... Deve ter caroco nesse angu aí...”, escreveu Salles, ao compartilhar uma notícia que traz detalhes da investigação sobre o derramamento.

Dentro dessa apuração, conduzida por Ibama, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Marinha, com apoio da Petrobras, foram notificados para prestar esclarecimento 30 navios-tanques de dez bandeiras diferentes que navegaram na costa brasileira a partir de agosto. Eles precisam informar as rotas, as cargas transportadas e outros dados.

Calamidade

Na Bahia, o governador em exercício, João Leão (PP), anunciou ontem que vai decretar situação de calamidade pública nas cidades que foram atingidas pelo óleo que chegou às praias do Nordeste. Oito cidades baianas, incluindo Salvador, foram afetadas desde o início de outubro.

“Vamos trabalhar e cuidar disso, tomar conta. Vamos ter responsabilidade e chamar os prefeitos para participar e não deixar sequear uma manchinha de óleo na Bahia”, afirmou Leão, após uma reunião na sede da superintendência do Ibama na Bahia.

Segundo ele, o governo estadual vai ajudar na compra dos materiais para fazer a retirada do óleo das praias, como luvas, botas e vassouras. Em pouco mais de uma semana, a mancha de óleo percorreu cerca de 200 quilômetros da costa baiana. O Ibama aponta que é difícil rastrear o trajeto da mancha, porque ela se locomove abaixo da superfície da água e não é visível com o sobrevoo.

MME / ASCOM .